



## 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Eixo temático: Serviço Social e Relações de exploração-opressão de sexo-gênero-sexualidades, raça-etnia e geração

### **“IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO DISPOSITIVO DE PODER: A EXTREMA DIREITA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS ANTIGÊNERO NAS ELEIÇÕES**

Suamy Rafaely Soares<sup>1</sup>  
Eulalia Vitoria Dantas de Souza<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O artigo analisa como a expressão “ideologia de gênero” foi incorporada pela extrema-direita brasileira nas eleições de 2018 e 2020, fortalecendo políticas antigênero. A reflexão é fruto de uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, que articula materialismo histórico-dialético e epistemologia feminista na análise de discursos religiosos e legislativos.

**Palavras-chave:** ideologia de gênero; políticas antigênero; extrema-direita; neopentecostalismo;

#### **Abstract**

The article analyzes how the expression “gender ideology” was incorporated by the far right during the 2018 and 2020 elections, reinforcing anti-gender policies. This reflection is the result of qualitative research, based on documentary and bibliographic sources, articulating historical-dialectical materialism and feminist epistemology in the analysis of religious and legislative discourses.

**Keywords:** gender ideology; anti-gender policies; far right; neo-Pentecostalism.

#### **1. Notas introdutórias**

Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma escalada de discursos e práticas conservadoras que associam os avanços nos direitos sexuais e reprodutivos a uma suposta “ideologia de gênero”. Tal termo, que não emerge no campo científico, nem tampouco nas teorias feministas ou estudos de gênero, vai ser incorporado pelo senso comum e por sujeitos políticos — religiosos e laicos — que empreendem uma verdadeira ofensiva aos

<sup>1</sup> suamysoares@uern.br. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> eulaliavitoria@alu.uern.br. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.



## **18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

direitos das mulheres e comunidade LGBTQIAPN+, articulado a políticas ultraliberais e ao ataque à democracia e ao Estado.

Há consenso entre estudiosas(os) de que o sintagma “ideologia de gênero” tem sua gênese nos anos 1990 no interior do Vaticano, com o objetivo de se contrapor aos debates ocorridos na Conferência Internacional sobre a população no Cairo (ONU, 1994) e da Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim (ONU, 1995), que indicavam a necessidade de governos adotarem uma perspectiva de gênero em suas políticas sociais e econômicas, assim como afirmavam os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos fundamentais. A partir daí, a categoria gênero, que ganhava notoriedade em grupos de pesquisa e extensão universitários, conferências internacionais e movimentos feministas, é capturada pelo Vaticano e se torna uma questão prioritária, com a produção de inúmeros textos, entre eles a Carta às Mulheres (1995) e a Carta aos Bispos (2004), em que a Igreja indicava a necessidade de uma reação aos discursos feministas e defesa da família e da maternidade.

Miskolci e Campana (2017) chamam atenção para elementos comuns na emergência e disseminação do termo na América Latina, entre eles, que o debate emerge na virada do milênio, em países que passaram a ter governos de esquerda ou progressistas e que circulam em torno de reformas educacionais e jurídicas. Os autores apontam que o debate latino-americano em torno das questões de gênero e sexualidade se desenvolve em um contexto distinto do europeu e norte-americano, já que “[...] o impacto inicial da revolução sexual foi arrefecido por ditaduras militares marcadas por uma moral nacionalista familiar” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 731).

Para Junqueira (2018, p. 451), a ideologia de gênero é “[...] um artefato retórico e persuasivo” em torno do qual grupos laicos e confessionais organizam “estratégias de mobilização política e intervenção na arena pública” focadas na “(re)hierarquização das diferenças, especialmente a partir da rebiologização essencializadora das concepções de família, matrimônio, maternidade, filiação, parentesco, sexo, sexualidade, heterossexualidade, identidade e diferença sexual” (p. 455). Nessa perspectiva, há uma cruzada das feministas contra a família e as crianças que redundaria em uma ameaça civilizatória.

A concepção de ideologia de gênero não corresponde ou conversa com os estudos de gênero que se propagaram a partir dos anos 1980, assim como desconsidera sua pluralidade e complexidade. Nas palavras de Junqueira (2018, p. 458): “Apropriar-se,



## **18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

homogeneizar, descontextualizar e referir-se a um campo por meio de um termo redutor visa extinguir seu vigor teórico, minar seu potencial político e, ao mesmo tempo, criar a ilusão de um inimigo comum e personificado: único e a ser demonizado”. Aqui, corroboramos com Butler (2024) no entendimento de que o gênero assim colocado se estabelece como uma ameaça existencial:

[...] quer seja representado como uma arma de destruição, como o diabo, como uma nova versão do totalitarismo, como pedofilia, quer como colonização, o gênero assumiu um número surpreendente de formas fantasmáticas, eclipsando tanto seu uso acadêmico quanto seu uso cotidiano. Como consequência, fazer circular a ideia de poderes destrutivos do gênero é uma maneira de produzir um medo existencial que possa ser explorado por quem deseja ampliar os poderes estatais na esperança de retornar a uma ordem patriarcal “segura” (BUTLER, 2024, p. 13).

No Brasil, ao lado dos segmentos conservadores da Igreja Católica, as igrejas neopentecostais foram protagonistas na incorporação da retórica antigênero. Situamos aqui a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2004), o programa governamental Brasil sem Homofobia (2004), o III Plano Nacional dos Direitos Humanos (2009), o reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal e o programa Escola sem Homofobia (2008) como marcos para a reação antigênero e a escalada moralizante do debate de cidadania e direitos humanos no legislativo brasileiro.

Esse contexto se intensificou e foi radicalizado a partir do golpe jurídico-midiático-patriarcal que destituiu Dilma Rousseff, acompanhado pela amplificação da narrativa de que haveria uma “ameaça à família” presente nas escolas, nas políticas de saúde, na cultura, na arte e na mídia. Para Butler (2024), essa retórica, ou forma fantasmática, é essencialmente autoritária e pode ser compreendida como parte constitutiva do fascismo contemporâneo. No Brasil, ganhou força com a radicalização da extrema direita e o fortalecimento do bolsonarismo, que se apoiou fortemente em bases religiosas para consolidar sua identidade política. Portanto, a articulação entre moral cristã e antipolítica de gênero tornou-se um dos eixos centrais do projeto de poder da extrema-direita brasileira, desempenhando papel decisivo nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, assim como nas municipais de 2020.

A presente reflexão teórica é um produto da iniciação científica e tem como objetivo compreender como essa disputa discursiva foi apropriada politicamente pela extrema-direita e seus rebatimentos para o fortalecimento de políticas antigênero no Brasil. O artigo articula contribuições do método marxista e da teoria feminista, a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipo bibliográfico-documental, partindo da análise dos discursos de



## 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

lideranças neopentecostais, documentos legislativos e mídias religiosas, especialmente no contexto de enraizamento do bolsonarismo.

### 2. A ideologia de gênero como dispositivo político-eleitoral

Como já mencionamos, o termo “ideologia de gênero” é uma construção retórica forjada no Vaticano nos anos 1990 e 2000 como reação às conferências internacionais que passaram a afirmar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Nos documentos da Congregação para a Doutrina da Fé, dirigida por Joseph Ratzinger, “gênero” é narrado como uma ameaça à ordem “natural” da família e da sexualidade, capaz de dissolver os fundamentos morais da sociedade e, em última instância, a própria estrutura social. Essa formulação foi amplificada por autores conservadores como Scala (2011), que definiu a “ideologia de gênero” como um projeto global, supostamente conduzido por organismos multilaterais, com o objetivo de destruir a identidade sexual biológica, desconstruir a família e subverter a moral cristã. De acordo com Junqueira (2018, p. 462):

[...] a teoria/ideologia de gênero é apontada como uma forma de doutrinação neototalitária, de raiz marxista, ateia, mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada sob discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade. Uma ideologia que serviria de referência, por exemplo, a Organização das Nações Unidas. Essa é a razão que explica, em grande parte, porque os cruzados usam com certa frequência o termo *gender* em inglês e *italico*: para lhe conferir uma conotação negativa, promover estranhamento, desconfiança e hostilidade e, assim, o rechaço de um conteúdo objetivado como propaganda, imposição do imperialismo cultural, da ONU, da OEA, da União Europeia, das agências internacionais e corporações transnacionais, todas elas dominadas por *lobbies gays*, feministas, que com seus aliados garantiriam a hegemonia da ideologia *gender*.

A partir desse repertório discursivo, consolidou-se uma gramática político-moral que serviu de base para a reação conservadora não apenas à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, mas também a diversas pautas progressistas defendidas por movimentos feministas e LGBTQIAPN+, como o enfrentamento à violência contra a mulher, a educação sexual, a igualdade salarial entre homens e mulheres e o reconhecimento das identidades LGBTQIAPN+. Esse enquadramento incorporou ainda outras questões sociais, incluindo a criminalização das drogas, a flexibilização da regulação sobre armas, o punitivismo penal, a oposição às cotas raciais, o discurso em defesa da liberdade de expressão, a pressão sobre o funcionalismo público e a adoção de políticas econômicas ultraliberais.

Tal processo retórico não ficou restrito ao ambiente religioso, sendo progressivamente apropriado por sujeitos e partidos políticos, meios de comunicação e segmentos da sociedade civil organizada. Segundo Junqueira (2018, p. 460):



## 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

[...] houve uma desconfessionalização do discurso antigênero, que foi crucial para conferir-lhe uma feição universalista e a possibilidade de apresentar-se não como uma resposta religiosa tradicionalista, mas como uma via civilizacional à altura dos desafios éticos contemporâneos (JUNQUEIRA, 2018, p.460).

Trata-se de uma estratégia discursiva que transforma demandas por direitos humanos, especialmente de mulheres e da população LGBTQIAPN+, em ameaças existenciais à sociedade. Ao produzir medo e desinformação, esse discurso moralista cria um inimigo comum que justifica a censura, punitivismo, o controle e a vigilância dos corpos, assim como a regressão dos marcos legais de proteção à diversidade e o ataque as instituições democráticas. Para Butler (2024):

[...] Transformar em arma esse temível fantasma de gênero é algo essencialmente autoritário. [...] A sustentação aos poderes do Estado, incluindo aos poderes dos tribunais, enreda o movimento antigênero em um projeto autoritário mais amplo. A identificação de minorias sexuais e de gênero como perigosas à sociedade, como exemplos da força mais destrutiva do mundo, a fim de privá-las de seus direitos, proteções e liberdades fundamentais, enreda a ideologia antigênero no fascismo. À medida que o pânico aumenta, dá-se carta branca ao Estado para negar a vida daquelas pessoas que passaram a representar, por meio da sintaxe do fantasma, uma ameaça à nação (BUTLER, 2024, p. 13)

Cabe mencionar que a expansão dessa retórica fascista para a América Latina foi rápida e eficaz. A partir dos anos 2000, movimentos organizados sob as bandeiras da “defesa da família” e “pró-vida” passaram a atuar no legislativo, judiciário, meios de comunicação e nas igrejas, buscando interditar debates, produções acadêmicas e artísticas, legislações e políticas de diversidade sexual e de gênero.

Assim, a “ideologia de gênero” transforma-se em um poderoso dispositivo político-eleitoral, capaz de mobilizar pânico moral, articular a moral cristã à antipolítica de gênero e criar inimigos simbólicos que se tornaram centrais para a ascensão e consolidação do bolsonarismo. Aqui pontuamos que o debate de “ideologia de gênero” não se constitui enquanto uma “cortina de fumaça” ou apenas uma questão circunscrita à moralidade, mas um requisito fundamental para unificar a extrema-direita.

Em 2018, o bolsonarismo impulsionou seu projeto político autoritário a partir de três frentes articuladas: 1) construção de um inimigo comum, tendo a ideologia de gênero como argamassa para unir sujeitos políticos diversos e até divergentes; 2) deslocamento da agenda política da crise econômica e social para o enfrentamento a uma “guerra cultural”, em que o voto moral substituiu o debate programático; e 3) a criação de um bloco político-eleitoral, em que a linguagem religiosa padronizou sentidos entre lideranças



## 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

neopentecostais, influenciadores digitais e candidatos, unificando diferentes segmentos conservadores.

Cabe dizer que a campanha de Bolsonaro em 2018 se apoiou na mobilização dos discursos de antipolítica e antigênero como armas simbólicas e eleitorais. A difusão de memes em redes e aplicativos de mensagens, disparos de correntes no *WhatsApp* e *Telegram*, vídeos curtos no *TikTok*, sermões transmitidos *on-line* no *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, possibilitou viralizar as suas pautas regressivas e as afirmações, ou *fake News*, de que havia uma ação coordenada da esquerda para “destruir a família”, “sexualizar crianças nas escolas” e “impor a homossexualidade” por meio de materiais didáticos e políticas públicas. Termos como “kit gay”, “mamadeira de piroca” e “doutrinação ideológica”, embora falsos, foram amplamente difundidos mobilizando medo. De outra parte, pastores e religiosos utilizavam os púlpitos e as mídias religiosas para reforçar a mensagem com autoridade moral (CESARINO, 2019).

Assim, a ascensão de bolsonaro à presidência não pode ser compreendida sem considerar a centralidade que a expressão “ideologia de gênero” assumiu como ferramenta de mobilização eleitoral e categoria estratégica. Mais do que uma descrição conceitual ou científica, ela opera como dispositivo de poder que reorganiza o campo político, alinha setores religiosos e políticos em torno de um projeto antigênero e legitima a erosão dos direitos sexuais e reprodutivos sob a justificativa de proteção à família e à moral tradicional. Do repertório simbólico herdado da ditadura militar emerge a máxima “Deus, pátria e família”, agora reformulada no *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que sintetiza a fusão entre nacionalismo e moralismo religioso no bolsonarismo.

Cesarino (2019) sinaliza que bolsonaro construiu uma representação política populista e autoritária baseada na circulação viral de memes, vídeos e *fake news*. Nesse ecossistema comunicacional, a “ideologia de gênero” funcionou como um marcador de tudo que deveria ser combatido e eliminado: feminismo, marxismo cultural, diversidade sexual, arte crítica e políticas públicas progressistas. Assim, as narrativas antigênero operaram como elos de ligação entre moralidade, antipetismo e autoritarismo, consolidando o bolsonarismo como um projeto político identitário.

Esse dispositivo não se esgota em 2018. Nas eleições municipais de 2020, candidatos conservadores, laicos ou fundamentalistas religiosos, radicalizaram o discurso contra a “ideologia de gênero” como estratégia eleitoral. O ISER (2023) identificou o crescimento de candidaturas com identidade religiosa que utilizavam esse tipo de discurso



## **18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

para se elegerem a cargos no Legislativo e no Executivo municipal. A pauta antigênero tornou-se, portanto, uma moeda eleitoral rentável. Ao se posicionarem como defensoras da moral cristã e da família, tais candidaturas conseguiram capturar votos em setores populares marcados pela precariedade econômica, ausência de políticas públicas e experiências de insegurança, especialmente nas periferias urbanas.

Além disso, a “ideologia de gênero” como estratégia eleitoral também serviu para redirecionar a atenção pública da crise econômica e da agudização das expressões da questão social para o campo da moralidade e da “guerra contra o mal”, representada na contraposição entre direita e esquerda. Como aponta Lionço (2018), o fundamentalismo religioso tem como tática transformar temas políticos em questões morais absolutas, tornando qualquer oposição automaticamente “imoral” ou “inimiga de Deus”. Essa reconfiguração do debate político pela via da moralização religiosa e da fabricação de inimigos tem impactos profundos para a democracia, corporificados na deslegitimação das instâncias institucionais, no ataque aos direitos sociais e à laicidade do estado. Nessa égide, as narrativas antigênero sustentam o projeto da extrema-direita brasileira de redefinir o papel do Estado, não como garantidor de direitos, mas como aplicador de uma ordem moral conservadora e de políticas econômicas de cunho neoliberal.

### **3. Políticas antigênero no governo Bolsonaro: impactos e resistências**

Como já sinalizamos anteriormente, a ascensão de Bolsonaro à presidência da república, em 2019, consolidou no Brasil um projeto político autoritário e ultraconservador, marcado pela fusão entre moralismo religioso, neoliberalismo e militarismo. Um dos pilares mais evidentes desse projeto foi a institucionalização das chamadas políticas antigênero, sustentadas por alianças com setores religiosos fundamentalistas, especialmente do campo neopentecostal, e pela mobilização do conceito de “ideologia de gênero” como ferramenta para promover pânico moral, disciplinar corpos e interditar debates democráticos sobre sexualidade, equidade e diversidade. Esse discurso operou como dispositivo de poder, sendo instrumentalizado para justificar retrocessos em direitos sexuais, reprodutivos, educacionais e culturais, além de comprometer a laicidade do Estado e reconfigurar o papel das instituições públicas.

A nomeação da pastora evangélica Damare Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) foi emblemática da inflexão político-religiosa do novo governo. O ministério tornou-se epicentro da retórica conservadora que colocava em disputa



## **18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

os sentidos de família, infância e sexualidade. A célebre frase de Damares, “menino veste azul, menina veste rosa”, não foi um gesto isolado, mas a expressão de um programa institucional que buscava eliminar qualquer menção à palavra “gênero” das políticas públicas. Sob essa lógica, o governo promoveu a supressão de conteúdos sobre diversidade dos documentos oficiais, censurou campanhas educativas e desarticulou estruturas de proteção social voltadas a mulheres, jovens e pessoas LGBTQIAPN+.

Os impactos dessas políticas foram extensos e profundos. No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o governo editou normas como a Portaria nº 2.282/2020, que obrigava profissionais de saúde a notificarem à polícia todos os casos de aborto legal por estupro, violando princípios constitucionais e internacionais sobre sigilo médico e autonomia das mulheres. Campanhas públicas de prevenção a ISTs deixaram de incluir jovens LGBTQIAPN+, e políticas de educação sexual foram retiradas das escolas sob o argumento de “proteger a infância”. Como destaca Corrêa (2018), esse tipo de ofensiva busca deslegitimar os saberes feministas e sexuais, construindo-os como ameaças ao tecido moral da nação e como obstáculos ao projeto de poder conservador.

No setor educacional, o governo atacou frontalmente a liberdade de cátedra. Temas como identidade de gênero e orientação sexual foram perseguidos e banidos de materiais pedagógicos. Programas como o Saúde na Escola foram enfraquecidos, e medidas como o “Escola sem Partido” incentivaram a censura e a perseguição a docentes. O mesmo padrão se estendeu à cultura. Em 2019, o governo vetou editais da Ancine voltados à produção audiovisual LGBTQIAPN+, o que gerou reação do STF. A cultura da censura se generalizou em diversas áreas, estabelecendo um clima de intimidação que afetou o campo das artes, da educação e da pesquisa científica.

As políticas de enfrentamento à violência de gênero também sofreram desmonte. Segundo o INESC, entre 2019 e 2021, houve uma redução de mais de 75% na execução orçamentária de ações voltadas à proteção de mulheres em situação de violência. Casas da Mulher Brasileira foram desativadas ou deixadas sem recursos, campanhas nacionais desapareceram e os dados sobre feminicídio e violência doméstica foram subnotificados. Esse abandono se deu, paradoxalmente, num momento de aumento das violências, especialmente durante a pandemia da COVID-19. Como observa Souza (2024), ao deslocar a responsabilidade pela proteção das mulheres para a “família tradicional”, o governo negligencia a função do Estado e silencia as violações que ocorrem justamente dentro dos espaços domésticos.



## **18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**

*Tema: A gente sobe a ladeira por liberdade*

*Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025*

No plano internacional, o Brasil se alinhou a uma coalizão de países ultraconservadores, como Hungria, Polônia e os EUA sob Donald Trump, promovendo posições contrárias à igualdade de gênero e aos direitos reprodutivos em fóruns multilaterais. Deixou de assinar resoluções da ONU que promoviam os direitos das mulheres e a educação sexual, rompendo com tradições diplomáticas de defesa dos direitos humanos. Como demonstram Selis e Prado (2021), a pauta antigênero foi utilizada como “cola simbólica” para articular alianças globais entre partidos de extrema-direita e setores religiosos reacionários, projetando uma reconfiguração do Estado a partir da moralidade cristã.

A análise de Lacerda (2018; 2019) sobre o “neoconservadorismo de periferia” ajuda a compreender esse cenário. Segundo a autora, no Brasil, o moralismo sexual conservador se articula a um projeto neoliberal que visa reduzir o papel do Estado, criminalizar a pobreza e naturalizar a desigualdade, convertendo a ideia de família em unidade disciplinar e moralizadora. Essa fusão entre punitivismo, religiosidade e liberalismo econômico transforma as políticas públicas em mecanismos de exclusão e controle, principalmente sobre os corpos de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e populações negras e periféricas.

Contudo, diante desse quadro de retrocessos, resistências significativas emergiram de diferentes setores da sociedade civil, reafirmando o compromisso com a democracia, os direitos humanos e o Estado laico. Os movimentos feministas foram protagonistas dessa resistência. Organizações como o CFEMEA, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial das Mulheres e a Rede de Mulheres Negras monitoraram e denunciaram o desmonte das políticas públicas, atuando com estratégias que articularam produção de conhecimento, mobilização social e articulação parlamentar. Campanhas como “Nem Presa, Nem Morta” reagiram ao endurecimento das políticas sobre o aborto legal, defendendo os direitos reprodutivos como direitos humanos.

Movimentos como a ANTRA, o IBRAT e a ABGLT também denunciaram os ataques do governo, divulgaram dados sobre violências e exclusões e mobilizaram ações jurídicas e políticas para garantir o mínimo de proteção estatal. A ANTRA, por exemplo, publicou dossiês anuais sobre os assassinatos de pessoas trans no Brasil, revelando os efeitos do abandono estatal. Esses coletivos também atuaram junto ao Legislativo e ao Judiciário, garantindo vitórias pontuais mesmo em um cenário adverso.

Cumprе destacar também as resistências que vieram de setores religiosos progressistas. Frentes como a dos Evangélicos pelo Estado de Direito, Católicas pelo Direito



## **18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

de Decidir, a Rede de Fé e Política e grupos ecumênicos de base católica se manifestaram publicamente contra a instrumentalização da fé para fins autoritários. Essas articulações promoveram espaços de formação e denúncia, atuaram na proteção de pessoas vulnerabilizadas e reafirmaram o valor da laicidade como princípio constitucional. Lideranças religiosas negras, indígenas e feministas também confrontaram a retórica cristã normativa, reconstruindo sentidos de espiritualidade em chave emancipadora.

As diversas frentes de resistência, feminista, LGBTQIAPN+, interreligiosa, acadêmica e institucional, não apenas denunciaram os retrocessos promovidos pelas políticas antigênero, mas também construíram caminhos de reconstrução democrática, pautados na defesa da equidade e dos direitos humanos. Como afirmam Corrêa e Kalil (2021), atacar o gênero é atacar a própria democracia, exigindo respostas coletivas que sejam éticas, plurais e politicamente radicalizadas. Entre 2019 e 2022, essas resistências demonstraram que, mesmo sob autoritarismo moral, a política se mantém viva na ação cotidiana, na solidariedade e no compromisso com a vida.

Mais do que enfrentar os efeitos concretos das políticas regressivas, essas ações denunciaram seu caráter epistemicida e autoritário. Ao minar marcos legais de equidade, deslegitimar o saber científico e enfraquecer a laicidade do Estado, o bolsonarismo procurou subordinar as políticas públicas a uma moral religiosa excludente. O projeto antigênero, nesse sentido, atua como ferramenta de controle simbólico, buscando restaurar uma ordem patriarcal e cisheteronormativa. Resistir a esse processo exige não apenas enfrentamento, mas a construção de uma nova gramática política, comprometida com a diversidade, a dignidade e o aprofundamento da democracia.

As políticas antigênero no governo Bolsonaro não constituíram desvios pontuais, mas expressão de um projeto de poder que se ancora no fundamentalismo religioso, na negação da ciência e na repressão da diversidade. Em resposta, os movimentos sociais e as redes críticas de atuação demonstraram que a democracia se defende não apenas no campo institucional, mas nos territórios, nas escolas, nas igrejas e nas redes de cuidado. Reconstituir os espaços públicos atingidos por esse projeto excludente é uma tarefa histórica urgente e, mais do que isso, um compromisso ético com as formas de vida que insistem em existir e resistir.

## **5. Considerações Finais**



## 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

A presente reflexão intencionou situar a “ideologia de gênero” como um poderoso dispositivo de mobilização da extrema-direita brasileira, sendo instrumentalizada por igrejas neopentecostais e convertida em capital político nas eleições de 2018, 2020 e 2022. A retórica antigênero, ancorada em pânicos morais e discursos religiosos, resultou em graves retrocessos para os direitos sexuais e reprodutivos, assim como para a população LGBTQIAPN+

O levantamento das políticas implementadas durante o governo Bolsonaro evidenciou que o discurso antigênero não apenas moldou imaginários conservadores, mas produziu efeitos materiais no campo legislativo, educacional e da saúde pública. Ao institucionalizar a ofensiva moral contra as pautas de gênero e diversidade, o Estado se tornou vetor ativo de repressão a direitos fundamentais. Ainda assim, a potência das resistências, forjadas nos territórios, nos espaços acadêmicos, nos movimentos sociais, nas articulações interreligiosas progressistas e nas redes de cuidado, demonstrou que há forças sociais em movimento, capazes de tensionar esse projeto excludente e afirmar, no cotidiano, uma política da vida, da pluralidade e da justiça social em favor da manutenção de um Estado laico e democrático. O combate às políticas antigênero exige uma leitura crítica das estratégias discursivas em curso e o fortalecimento da atuação ética e comprometida com as populações mais vulneráveis.

### Referências

LACERDA, Marina Basso. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas conceituais no campo dos direitos*. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53, p. 1-16, 2018.

CORRÊA, Sonia. *Políticas antigênero na América Latina: novos mapas e fronteiras*. In: CORRÊA, Sonia; BEIRAS, Luiza (orgs.). *Políticas antigênero na América Latina: estudos de caso em disputa*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2021. p. 21–51.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. CORRÊA, S.; KALIL, I. *Políticas Antigênero na América Latina: Brasil*. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020

CORRÊA, Sonia.; KALIL, Isabela. *Políticas Antigênero na América Latina: Brasil*. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.



## 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Junqueira, R. D. (2018a). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502.

LIONÇO, Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, vol. 18. N 43. 2018.

MISKOLCI, Richard, CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*– Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2011.

PAULO II, João. Carta do Papa João Paulo II às mulheres. Vaticano: Santa Sé, 1995.

SCALA, j. Ideologia de Gênero — neototalitarismo e morte da família. São Paulo: Editora Katechis. 2011

SOUZA, Eulália Vitória Dantas de. *É o momento de a Igreja governar: A influência neopentecostal nas políticas antigênero no Brasil sob o governo Bolsonaro*. Monografia (Graduação em Serviço Social) — Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2024.

INESC — Instituto de Estudos Socioeconômicos. *Orçamento Mulher 2021: desmonte e invisibilização das políticas de gênero no Brasil*. Brasília: INESC, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/orcamento-mulher-2021/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PRADO, Maria das Dores Campos Machado do; SELIS, Leandro. *Política externa do governo Bolsonaro e a aliança transnacional antigênero*. In: CORRÊA, Sonia; BEIRAS, Luiza (orgs.). *Políticas antigênero na América Latina: estudos de caso em disputa*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2021. p. 94–122.